
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo nº 018/2026

UASG: 926094

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região

Critério de Julgamento: Menor preço do lote

Data da Sessão: 20.02.2026

Horário da Sessão: 10h00min, horário de Brasília/DF

Local: www.gov.br/compras

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região, com sede na Rua dos Carijós, 244 – 10º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, na pessoa da Pregoeira Alessandra Cardoso de Souza Lucas, designada pela Portaria CRECI – 4ª Região/MG nº 003/2024, torna público que realizará certame licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO DO LOTE**, através do site www.gov.br/compras, nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região, compreendendo, de forma unificada, os serviços de hospedagem, alimentação (desjejum, coffee break, almoço, jantar e confraternização), cessão de espaços físicos incluindo auditórios, área verde com mata para realização de atividades, fornecimento de infraestrutura técnica, suporte logístico e equipe especializada para carregamento, montagem, operação, execução e desmontagem da estrutura necessária à realização do evento, em hotel localizado na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, excluindo para tal este município, devendo o local do evento estar em um raio de até 60 km, proporcionando assim um momento de imersão e integração dos participantes, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, principalmente quanto aos quantitativos e preços estimados e às especificações dos itens.

1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATSERV e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. A licitação será realizada em 01 (um) único lote, formado por 35 (trinta e cinco) itens.

1.4. Os interessados deverão apresentar propostas para todos os itens que compõem o lote.

2. DOS QUANTITATIVOS E DOS PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS ESTIMADOS DOS ITENS E DO VALOR ESTIMADO DO LOTE

Itens	ESPECIFICAÇÕES	Quantidades estimadas	Valores unitários estimados – R\$	Valores totais estimados – R\$
01	Sala principal	02	10.782,50	21.565,00
02	Sala vip	01	1.373,50	1.373,50
03	Sala de treinamento	01	3.621,13	3.621,13
04	Sala de treinamento	01	2.751,40	2.751,40
05	Sala de treinamento	01	1.958,20	1.958,20
06	Sala de treinamento	01	2.113,50	2.113,50
07	Sonorização sala principal	01	5.762,50	5.762,50
08	Sonorização salas de treinamentos	04	2.134,06	8.536,25
09	Painel de led	01	12.162,50	12.162,50
10	Projetores multimídia	05	682,13	3.410,63
11	Tela de projeção	04	528,88	2.115,50
12	Microfones de mão sem fio	10	224,91	2.249,10
13	Notebook	05	509,43	2.547,16
14	Passador de slides	05	36,33	181,67
15	Carregador	02	200,00	400,00
16	Mestre de cerimônia	01	533,33	533,33
17	Coffee dia 04/03	01	2.970,00	2.970,00
18	Mini sanduiches	03	700,00	2.100,00
19	Credenciamento no dia 04/03	01	987,50	987,50
20	Estacionamento	02	1.280,03	2.560,06
21	Almoço	01	11.792,00	11.792,00
22	Jantar	01	10.921,00	10.921,00
23	Jantar (churrasco)	01	30.933,33	30.933,33
24	Água mineral potável copos plásticos	01	1.780,50	1.780,50
25	Petit fours	01	7.683,40	7.683,40
26	Garrafas de café	01	383,88	383,88
27	Hospedagem	02	65.210,47	130.420,94
28	Link de internet	02	4.176,55	8.353,10
29	Boxtruss com lona	02	5.843,75	11.687,50
30	Lonas laterais	02	2.376,25	4.752,50
31	Totens de sinalização	02	4.147,08	10.367,69
32	Iluminação	01	2.404,00	2.404,00
33	Fotografia e vídeo	01	6.224,06	6.224,06
34	Rádio comunicador	04	104,08	416,32
35	Camisas para staff	08	30,96	247,65

VALOR DO LOTE: R\$ 318.286,78 (trezentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos).

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. As licitantes responsabilizam-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do

provedor do sistema ou do CRECI/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade dos cadastrados conferirem a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifiquem incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da licitante.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas que, no ano-calendário da realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966, do Código Civil, enquadrados nos limites definidos pela legislação.

3.5.1.1. O MEI equipara-se à figura do empresário individual e é modalidade de microempresa.

3.5.1.1.1. Considera-se MEI quem tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, e seja empresário individual que se enquadre na definição do artigo 966, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça as atividades de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista, as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento já mencionada e as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

3.5.1.1.2. No caso de início de atividades, o limite será de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

3.6. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, empresas:

3.6.1. Que não atendam às condições deste edital e seus anexos.

3.6.2. Que desempenhem atividade incompatível com o objeto da licitação.

3.6.3. Estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6.4. Autoras do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoas físicas ou jurídicas, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.5. Isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou das quais o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.6.6. Que se encontrem, ao tempo do certame, impossibilitadas de licitarem em decorrência de sanção que lhes foi imposta.

3.6.7. Cujos administradores ou sócios mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CRECI/MG ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.6.8. Controladoras, controladas e coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si.

3.6.9. Que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6.10. Reunidas em consórcio.

3.6.11. Em falência, processo de dissolução ou liquidação ou sob concurso de credores.

3.6.12. Que em razão da prática de ato de improbidade administrativa, os sócios majoritários estejam proibidos de contratar com o poder público, nos termos do artigo, 12 da Lei nº 8.429/92.

3.6.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do CRECI/MG, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021. Tal vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento de que trata o subitem 3.6.6 será também aplicado à empresa que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da empresa.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Constatada a ocorrência de uma das hipóteses de impedimento de participação, a Pregoeira relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, toda licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

4.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

4.3.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.4. Inexiste impedimento à habilitação, sendo certo que comunicará oportunamente a superveniência de ocorrência impeditiva.

4.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.6. Está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.3.7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição Federal.

4.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

4.4. A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

4.4.1. A falta da declaração apenas produzirá o efeito da licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada não ter direito ao tratamento favorecido.

4.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos artigos 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.2.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica

4.4.2.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior

4.4.2.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do artigo 3º, da referida lei

4.4.2.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do artigo 3º, da referida lei

4.4.2.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do artigo 3º, da referida lei

4.4.2.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo

4.4.2.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica

4.4.2.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar

4.4.2.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário anteriores

4.4.2.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações

4.4.2.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.5. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.

4.6. A licitante que desenvolva programa de integridade e que atenda aos requisitos previstos no Decreto nº 12.304/2024 poderá se beneficiar do critério de desempate correspondente, desde que selecione o campo de declaração no momento do cadastro da proposta.

4.7. Declarações falsas sujeitarão as licitantes às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

4.8. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, obedecendo as seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitados o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedada quantia superior a lance já registrado pela licitante, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o CRECI/MG, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo CRECI/MG ou de sua desconexão.

4.15. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Descrição dos itens

5.1.2. Valores unitários e valores totais dos itens

5.1.3. Valor do lote

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto.

5.4. No valor proposto deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente a obrigação de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados na data da abertura da sessão pública.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato administrativo, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

5.10. As licitantes devem respeitar os preços unitários estimados pela Administração.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

6.3. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances deverão ser ofertados pelos valores unitários dos itens.

6.5. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

6.6. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.7. Os intervalos mínimos de diferença de valores entre os lances, que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverão ser de:

6.7.1. Itens 14 e 35: R\$ 0,30 (trinta centavos)

6.7.2. Demais itens: R\$ 3,00 (três reais).

6.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de ser inconsistente ou inexecutável.

6.9. A fase de lances será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no artigo 24, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. A licitante poderá optar por manter o último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, tendo por fundamento o disposto nos artigos 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inconsistente ou com presunção absoluta de inexecutabilidade.

6.11.1. Serão avaliados como preços manifestamente inconsistentes aqueles considerados irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.11.2. A possibilidade de exclusão de lance por parte da Pregoeira não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de quem o ofertou.

6.15. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.17. A Pregoeira poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.18. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos equiparados que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

6.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

6.21.3. Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

6.21.4. Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

6.22.1. Empresas brasileiras

6.22.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País

6.22.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima dos preços estimados definidos para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.28. A Pregoeira solicitará à licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, sob pena de desclassificação.

6.28.1. No ato do envio da proposta final atualizada, deverá ser indicado o local onde o evento será realizado, a fim de que o CRECI/MG possa verificar a conformidade com os requisitos estabelecidos no TR, sob pena de desclassificação.

6.28.2. E facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.6, deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU

7.1.2. A consulta ao CNEP será realizada em nome de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros.

7.2.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual inabilitação.

7.3. Verificadas as condições de participação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observado o disposto nos artigos 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. Contiver vícios insanáveis.

7.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou acima daqueles estimados para a contratação.

7.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CRECI/MG.

7.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6. A inexecuibilidade só será considerada após diligência da Pregoeira que comprove:

7.6.1. Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta

7.6.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço.

7.9. O critério de julgamento será de **MENOR PREÇO DO LOTE.**

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.4. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.5. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

8.8. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.12.1. Aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.17.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério do CRECI/MG, para a regularização da documentação, na forma do § 1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.17.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado ao CRECI/MG convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.18. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar:

8.18.1. Habilitação jurídica

8.18.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

8.18.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.18.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.18.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.18.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.18.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.18.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.18.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.18.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

8.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

8.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto para cooperativas

8.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.18.2.5. Prova de regularidade com as Fazenda Municipal da sede da licitante

8.18.2.5.1. Caso a licitante seja considerada isenta de tributo relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.18.3. Habilitação econômico-financeira

8.18.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede, exceto para cooperativas

8.18.4. Qualificação econômico-financeira

8.18.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede, exceto para cooperativas, exceto para cooperativas.

8.18.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.18.4.2.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.18.4.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.18.4.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.18.5. Qualificação técnica

8.18.5.1. Certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de contrato(s) com as seguintes características mínimas:

8.18.5.1.1. Prestação de serviços de hotelaria e execução de evento, compreendendo, de forma unificada, os serviços de hospedagem, alimentação (desjejum, coffee break, almoço, jantar e confraternização), cessão de espaços físicos incluindo auditórios, área verde com mata para realização de atividades, fornecimento de infraestrutura técnica, para, no mínimo, 50 (cinquenta) pessoas.

8.18.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a objetos executados de forma concomitante

8.18.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

8.18.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.18.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

8.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.22. Documentação complementar para cooperativas

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764, de 1971

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados

8.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

8.22.4. O registro previsto no artigo 107, da Lei nº 5.764, de 1971

8.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato

8.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.22.6.1. Ata de fundação

8.22.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou

8.22.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia

8.22.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias

8.22.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais

8.22.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação

8.22.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o artigo 112, da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.23. Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.24. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, será a mesma declarada vencedora.

8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos acima.

9. DOS RECURSOS

9.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos após a declaração final da vencedora do certame, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma compras.gov.br.

9.2. A licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do subitem 9.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis.

9.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o subitem 9.2.

9.4. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

9.5. Na análise do recurso, o CRECI/MG poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

9.6. A Pregoeira poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente do CRECI/MG, no prazo de 03 (três) dias úteis, para julgamento do recurso, o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação e a homologação serão realizadas pela Autoridade Superior.

11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes das contratações correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

6.3.1.3.04.01.026 – Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos;
6.3.1.3.04.01.027 – Locação de Bens Imóveis;
6.3.1.3.04.01.049 – Festividades e Homenagens;
6.3.1.3.04.01.017 – Serviços Fotográficos e de Vídeo.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato.

12.2. A adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.2.1. O termo de contrato será encaminhado por meio eletrônico.

12.3. O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor registrado, desde que:

12.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.3.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.4. Por ocasião da contratação será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo.

12.4.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do artigo 156, da Lei nº 14.133/21:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame.

13.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital

13.1.3. Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.5. Fraudar a licitação.

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pelo CRECI/MG caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

13.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima as seguintes sanções, nos termos do artigo 156, da Lei nº 14.133/21:

13.3.1. Multa no percentual de 15% do valor estimado da contratação

13.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quanto praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.4. A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CRECI/MG.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.5.4. Os danos que dela provierem para o CRECI/MG

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

13.6. As sanções previstas nos subitens incisos 13.3.2 e 13.3.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

13.7. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CRECI/MG.

13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail liliane.vasconcelos@crecimg.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no CRECI/MG.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crecimg.gov.br.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

RICARDO MENDES SANTOS
Presidente

Processo nº 018/2026

UASG: 926094

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região

Critério de Julgamento: Menor preço do lote

Data da Sessão: 20.02.2026

Horário da Sessão: 10h00min, horário de Brasília/DF

Local: www.gov.br/compras

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região, compreendendo, de forma unificada, os serviços de hospedagem, alimentação (desjejum, coffee break, almoço, jantar e confraternização), cessão de espaços físicos incluindo auditórios, área verde com mata para realização de atividades, fornecimento de infraestrutura técnica, suporte logístico e equipe especializada para carregamento, montagem, operação, execução e desmontagem da estrutura necessária à realização do evento, em hotel localizado na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, excluindo para tal este município, devendo o local do evento estar em um raio de até 60 km, proporcionando assim um momento de imersão e integração dos participantes.

1.2. O serviço objeto da presente contratação é caracterizado como comum, uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, não demandando soluções singulares ou complexas. Esse enquadramento normativo abrange tanto os bens necessários ao adequado funcionamento do evento quanto os serviços correlatos de natureza técnica e operacional, todos definidos por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando ampla competitividade entre os potenciais fornecedores.

1.3. O prazo de vigência da presente contratação será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato pelo último signatário, seja de forma física ou digital, mas extinguir-se-á com a entrega do objeto e o pagamento do preço.

1.4. A fixação da vigência em prazo reduzido decorre da natureza específica e temporária do encontro institucional, que demanda solução concentrada e pontual, não se tratando de contratação de caráter continuado.

1.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado, por tratar-se de contrato por escopo, cujas obrigações pactuadas somente são exauridas após a conclusão, recebimento do objeto e respectivo pagamento.

1.6. Para fins de eficácia, incumbirá ao contratante divulgar a Autorização de Fornecimento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como no seu respectivo sítio oficial na internet.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os Conselhos de Fiscalização Profissional são órgãos não SISG, não necessitando, pois, elaborar o Plano de Contratação Anual.

2.2. O Estudo Técnico Preliminar identificou, dimensionou e justificou a necessidade institucional da solução integrada ora pretendida, servindo como documento basilar para a definição dos requisitos técnicos e funcionais desta contratação.

2.3. Conforme apontado no ETP, restou demonstrado:

2.3.1. O caráter eminentemente técnico, funcional e institucional da contratação, não se tratando de medida supérflua ou dispensável, mas sim de uma ação planejada, compatível com as necessidades do Conselho e com as práticas de boa governança pública. O Integra + representa uma atividade de natureza eminentemente institucional, pois se trata de uma reunião de trabalho concebida como ferramenta estratégica de governança. A necessidade da contratação decorre de um conjunto de fatores estratégicos, jurídicos e institucionais que a tornam inegociável e imprescindível:

2.3.1.1. Função Institucional Legalmente Prevista:

O CRECI-MG, na condição de autarquia federal de regime especial, possui como atribuição legal fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de corretor de imóveis, bem como atuar na proteção dos interesses da sociedade e dos consumidores de serviços imobiliários. Para o cumprimento efetivo dessas competências, é imprescindível que seus servidores e colaboradores estejam permanentemente capacitados e atualizados quanto às normas legais, procedimentos institucionais e boas práticas administrativas.

Nesse contexto, a contratação de treinamento especializado para os funcionários do CRECI-MG constitui medida diretamente vinculada ao fortalecimento da função institucional do Conselho, assegurando maior eficiência, padronização de condutas, segurança jurídica e qualidade na prestação dos serviços públicos, afastando qualquer dúvida quanto à essencialidade e à necessidade da contratação.

2.3.1.2. Natureza Institucional e Não Festiva:

A contratação aqui proposta não se refere a lazer, confraternização ou luxo. Está amparada pelo princípio da finalidade pública, que veda gastos supérfluos ou destinados a ostentação. O Integra +, ao contrário, é um programa de capacitação institucional cujo foco é o aprimoramento da atividade estatal, comparável às capacitações técnicas, seminários e encontros promovidos rotineiramente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), CGU, AGU, Ministérios e autarquias federais.

2.3.1.3. Prática Reiterada na Administração Pública Brasileira:

É consabido que órgãos da Administração Pública realizam capacitações, oficinas técnicas, encontros de integração e alinhamento estratégico, reconhecendo-os como instrumentos indispensáveis de fortalecimento institucional. O próprio TCU promove encontros nacionais de fiscalização, jornadas de capacitação e programas de atualização técnica voltados ao seu corpo funcional, como forma de consolidar a eficiência administrativa. O CRECI-MG, ao adotar prática semelhante, não inova indevidamente, mas sim replica boas práticas já consolidadas na governança pública federal.

2.3.1.4. Necessidade de Uniformização de Procedimentos Internos:

O Conselho, como entidade reguladora e fiscalizadora, precisa assegurar que suas áreas meio e fim atuem em pleno alinhamento técnico-operacional, evitando disparidades, interpretações equivocadas da norma ou assimetrias na execução de processos. O Integra + permite estabelecer diretrizes uniformes, assegurando maior segurança jurídica e eficiência administrativa, pilares previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3.1.5. Integração e Identidade Institucional:

O fortalecimento da identidade organizacional é outro fator decisivo. Uma instituição só atua de forma eficiente quando seus membros compartilham valores, objetivos e metas comuns. O Integra + viabiliza essa integração, não como mero encontro social, mas como mecanismo técnico de coesão institucional, fortalecendo o comprometimento dos servidores e agentes públicos com o interesse público primário.

2.3.2. A inviabilidade de atendimento da demanda por meios próprios do Conselho, em razão da ausência de estrutura interna suficiente para suprir as exigências técnicas e logísticas da atividade institucional, impondo-se, portanto, a necessidade da contratação externa.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução objeto da presente contratação deve ser concebida de forma integrada, abrangente e articulada, contemplando, em um único instrumento contratual, os serviços comuns necessários ao adequado desenvolvimento da atividade técnico- institucional a ser promovida pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região.

3.2. Trata-se de uma contratação que não se limita à simples soma de serviços isolados, mas que exige unificação, padronização e coordenação centralizada, de modo a garantir eficiência, economicidade, segurança jurídica e qualidade na execução. A fragmentação do objeto em múltiplas contratações geraria riscos de inconsistências técnicas, falhas de comunicação entre fornecedores e comprometimento da entrega final, razão pela qual a Administração definiu pela adoção de uma solução integrada.

3.3. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o parcelamento da solução não se revela viável. A presente demanda envolve uma logística de grande complexidade, que exige planejamento integrado e execução coordenada. O fracionamento em vários lotes ou a contratação de múltiplas empresas distintas resultaria em elevada dificuldade de administração contratual, riscos de atrasos, inconsistências técnicas e sobreposição de responsabilidades, comprometendo a eficiência e a entrega final.

3.4. Ainda segundo o ETP, em consulta realizada junto a fornecedores especializados no setor, verificou-se que as soluções ofertadas pelo mercado já se apresentam em modelo unificado de fornecimento, ou seja, consolidadas em um único lote, o que garante maior racionalidade, competitividade e economicidade ao certame.

3.5. Dessa forma, restou tecnicamente evidenciado que a adoção de um **lote único** constitui a forma mais adequada de contratação, por se tratar de solução logística que demanda integração plena entre os serviços, assegurando a efetiva consecução do interesse público e a preservação da segurança administrativa.

3.6. O enfoque adotado pela Administração tem como objetivo assegurar que a solução contratada seja mais do que a soma de partes, constituindo-se em um conjunto harmônico e funcional, apto a oferecer resultados concretos e alinhados à finalidade institucional do CRECI-MG, conforme será detalhadamente demonstrado nos itens a seguir:

Itens	Descrições	Detalhamentos	QtDs.	Capacidades	Unidades De Medida	Valores Unitários – R\$	Valores Totais – R\$
01	Sala Principal	Sala em formato auditório com cadeiras estofadas em quantidade igual a capacidade mínima exigida para o evento, 110 pessoas. Capacidade de suportar consumo de energia elétrica de 100 kWAs diários, se necessário com gerador. 01 mesa diretora para 10 pessoas. Palco com 10m X 3m, composto por 10 praticáveis de 1 m X 3 m com 50cm de altura e com escada de 2 degraus para acesso ao mesmo. Aparadores para disponibilizar água, café e petit four (bolachas salgadas e doces sem recheio) para as 110 pessoas de no mínimo 0,5 X 1,5 m.	02	110 pessoas	Diária	10.782,50	21.565,00
02	Sala VIP	Sala VIP que deve ser preferencialmente ao lado da sala do item 01, com mínimo 50 m2, lounge contendo conjuntos de sofá compostos por: sofás de 2 e 3 lugares, bistrôs de vidro com 4 cadeiras, aparadores para serviço do welcome coffee durante todo o período da manhã e reposição a tarde	01	10 pessoas	Diária	1.373.50	1.373.50
03	Sala de treinamento	Sala com 9 círculos formados com cadeiras com prancheta, cada círculo com uma média de 5 cadeiras e com a distância de 3m de um círculo para o outro. Capacidade de suportar o consumo de energia elétrica de 1 Kwa diário. 01 mesa de apoio para o mediador. 02 aparadores para disponibilizar água, café e petit four (bolacha salgada e doce sem recheio) de acordo com os números de participantes das salas de no mínimo 0,5 X 1,5 m Disponibilizar 1 técnico para suporte audiovisual para a sala.	01	40 pessoas	Diária	3.621,13	3.621,13
04	Sala de treinamento	Sala em formato escolar com cadeiras estofadas em quantidade igual a capacidade mínima exigida para o evento. Capacidade de suportar o consumo de energia elétrica de 1 Kwa diário. Capacidade de suportar o consumo de energia elétrica de 1 Kwa diário. 01 mesa de apoio ao palestrante. 02 aparadores para disponibilizar água, café e petit four (bolacha salgada e doce sem recheio) de acordo com os números de participantes das salas de no mínimo 0,5 X 1,5 m. Disponibilizar 1 técnico para suporte audiovisual para a sala.	01	25 pessoas	Diária	2.751,40	2.751,40

05	Sala de treinamento	Sala em formato escolar com cadeiras estofadas em quantidade igual a capacidade mínima exigida para o evento. Capacidade de suportar o consumo de energia elétrica de 1 Kwa diário. 01 mesa de apoio ao palestrante. 02 aparadores para disponibilizar água, café e petit four (bolacha salgada e doce sem recheio) de acordo com os números de participantes das salas de no mínimo 0,5 X 1,5 m. Disponibilizar 1 técnico para suporte audiovisual para a sala.	01	20 pessoas	Diária	1.958,20	1.958,20
06	Sala de treinamento	Sala em formato escolar com cadeiras estofadas em quantidade igual a capacidade mínima exigida para o evento. Capacidade de suportar o consumo de energia elétrica de 1 Kwa diário. 01 mesa de apoio ao palestrante. 02 aparadores para disponibilizar água, café e petit four (bolacha salgada e doce sem recheio) de acordo com os números de participantes das salas de no mínimo 0,5 X 1,5 m. Disponibilizar 1 técnico para suporte audiovisual para a sala.	01	15 pessoas	Diária	2.113,50	2.113,50
07	Sonorização sala principal	Sonorização para a sala descrita no item 01, contendo sistema linne array, mesa de Som Digital 32 Canais X32 Behringer Compact, 4 microfones (bastões), montagem, operação, com a house em frente ao palco na extremidade oposta, com passa cabo fiação e demais estruturas para o bom funcionamento do sistema.	01	-	Serviço	5.762,50	5.762,50
08	Sonorização salas de treinamento	Sonorização, a ser instalado nas salas de treinamentos (item 3, 4 e 5) - sistema contendo 2 caixas de, no mínimo, 400 watts RMS(confirmados através do manual do equipamento), mesa de som de, no mínimo 4 canais, 2 microfones (bastões), montagem, operação, com fiação e demais estruturas para o bom funcionamento do sistema.	04	-	Serviço	2.134,06	8.536,25
09	Locação de Painel de LED	Painel de led na dimensão mínima de 6x3 metros, densidade mínima/ máxima entre P2 e P3 mm. Utilizado para ambiente interno. Incluso cabeamento HDMI para conexão de notebook, equipamentos para exibir apresentação, suporte para acomodação do painel a 1 metro do chão o painel de madeira ou box truss, acabamento cenográfico, equipe técnica e transporte. Deverá estar incluso no item um responsável técnico, devidamente habilitado para operação, manutenção e/ou substituição de peças do equipamento locado, o qual deverá ficar à disposição durante a realização do evento.	01	-	Locação	12.162,50	12.162,50
10	Locação de Projetores multimídia	Projetores multimídia, tipo datashow, de 3000 ansi-lumens, inclusos cabos adaptadores, controle remoto que não poderá ocupar espaço no local do evento e nem obstruir o regular fluxo de pessoas.	05	-	Locação	682,13	3.410,63

11	Locação de Telas de projeção	Telas de projeção com no mínimo 120" (2,44m x 1,83m), devidamente instalada em posição frontal para a plateia, sendo vedada a utilização de tripés.	04	-	Locação	528,88	2.115,50
12	Locação de Microfones de mão sem fio	Microfones de mão sem fio, UHF profissional, com fornecimento contínuo de bateria.	10	-	Locação	224,91	2.249,10
13	Locação de Notebooks	Notebooks com as seguintes configurações: mouse, touchpad, placa de som, placa de rede gigabit, placa de rede WiFi, unidade DVD-RW, 02 (duas) entradas USB 2.0, 01 (uma) entrada HDMI, saídas DVI e HDMI, Windows 7 com Pacote Office 2013 ou superiores. O notebook deverá estar conectado à estrutura audiovisual.	05	-	Locação	509,43	2.547,16
14	Locação de Passador de Slides	Controle apresentador (passador) de slides de boa qualidade com LED de projeção	05	-	Locação	36,33	181,67
15	Carregador	Serviço de mão de obra especializada para carga, descarrega, transporte interno de materiais utilizados no evento, incluindo, mas não se limitando a: material gráfico, kits institucionais, materiais impressos, banners, lonas, caixas e demais itens de apoio logístico.	02	-	½ Diária	200,00	400,00
16	Mestre de Cerimônia	O profissional deverá atuar na abertura, desenvolvimento e encerramento do evento, realizando a apresentação das autoridades, convidados, palestrantes e demais participantes, bem como a leitura de protocolos, informes institucionais, comunicados oficiais e orientações ao público, assegurando postura ética, linguagem adequada e alinhamento à identidade institucional do órgão.	01	-	Diária	533,33	533,33
17	Welcome coffee - Dia 04/03	Lanche servido em espaço reservado e aberto, das 16h30 às 17h30, para 90 pessoas composto de mini sanduíches, bolo, refrigerantes e sucos	01	90 pessoas	-	2.970,00	2.970,00
18	Mini Sanduíches	Bandejas de mini sanduíches, com 100 unidades cada, a serem servidos nas salas, no dia 04/03, às 15h	03	-	Unidade/bandeja	700,00	2.100,00
19	Credenciamento dia 04/03, no hall de entrada do hotel	Espaço para credenciamento de 110 pessoas, no dia 04 e março, das 15h às 16h30, no hall do hotel. Bancadas (mesas forradas) com 4 cadeiras no interior	01	110 pessoas	Diária	987,50	987,50
20	Estacionamento	Disponibilização de área de estacionamento adequada, segura e de fácil acesso , destinada a ônibus, vans e veículos de apoio da equipe organizadora e dos participantes do evento, durante todo o período de realização das atividades.	02	-	Diária	1.280,03	2.560,06

21	Almoço	Salão para servir almoço simultaneamente no período das 12:00 às 13:30 nos dias do evento e, caso se faça necessária qualquer alteração no horário, a contratada será comunicada com 2 dias de antecedência ao evento. O almoço deverá ser servido de forma a não evitar filas, em espaço reservado para os participantes do Creci Minas. Sugestão de cardápio: saladas variadas, consistentes de beterraba temperada ao vinagrete, rúcula, folhas diversas, queijos, tomate seco, bacon, rosbife fatiado, cenoura ralada com laranja, pães e molhos variados; Pratos quentes, consistentes de filé de peixe a mediterrânea (tomates, limão, alho, salsinha), galeto assado ao curry, filé mignon ao molho madeira, batata gratinada, arroz, brócolis ao alho, um tipo de massa, couve flor com tomates, espinafre ao creme e manjerição fresco; Sobremesas, consistentes de tortas, mousses sabores variados, pudim de leite, salada de frutas e sorvetes variados; Bebidas, consistentes de água mineral, refrigerantes diversos incluindo diet e sucos.	01	110 pessoas	Diária	11.792,00	11.792,00
22	Jantar	Salão para servir jantar simultaneamente nos dias do evento e, caso se faça necessária qualquer alteração no horário, a contratada será comunicada com 2 dias de antecedência ao evento. O jantar deverá ser servido de forma a não evitar filas, em espaço reservado para os participantes do Creci Minas. Jantar sugestão: saladas variadas, consistentes de beterraba temperada ao vinagrete, rúcula, folhas diversas, queijos, tomate seco, bacon, rosbife fatiado, cenoura ralada com laranja e pães.	01	110 pessoas	Diária	10.921,00	10.921,00
23	Jantar de confraternização com cardápio e local exclusivos (churrasco)	Disponibilização de espaço diferenciado e adequado para a realização de jantar de confraternização dos funcionários do CRECI-MG, incluindo infraestrutura compatível com o evento e ambiente confortável. O serviço deverá contemplar cardápio exclusivo no formato churrasco (carne: picanha, drumett, lombo, coraço, linguiça, mussarela, pão de alho). Acompanhamentos: arroz, vinagrete, farofa, salada de batata com maionese) preparado e servido por equipe especializada. As bebidas a serem fornecidas deverão incluir: água mineral, refrigerantes (normal e diet) e sucos naturais, em quantidade suficiente para atender a todos os participantes durante o período do evento.; Sobremesas: tortas, mousses sabores variados, pudim de leite, salada de frutas e sorvetes variados.	01	110 pessoas	Diária	30.933,33	30.933,33
24	Água mineral potável Copos plásticos	Fornecimento de água mineral potável, sem gás, acondicionada em copos plásticos descartáveis de 200 mL, devidamente lacrados, para consumo individual, a ser disponibilizada durante todos os períodos do evento, em todos os ambientes, para 110 (cento e dez) participantes, ao longo de todo o evento em programação ininterrupta.	01	110 pessoas	Copo 200 ml	1.780,50	1.780,50

25	Petit fours	Fornecimento de bandejas de petit fours variados , doces e salgados, devidamente preparados e apresentados de forma padronizada e higiênica, a serem distribuídas durante o evento e disponibilizadas em todas as salas e ambientes , garantindo oferta contínua aos participantes durante os períodos de atividades.	01	110 pessoas	-	7.683,40	7.683,40
26	Garrafas de café	Garrafas de café doce/amargo, para todos os participantes durante o transcorrer dos trabalhos, distribuídas durante os dois dias do evento e disponíveis nas salas com copos de isopor.	01	110 pessoas	Garrafa 1 litro	383,88	383,88
27	Hospedagem	Hospedagem do dia 04 a 06 de março em hotel com padrão de classificação mínima de 4 (quatro) estrelas, em 55 apartamentos duplos com café da manhã. Check-in a no dia 04 de março, às 15 horas.	02	110 pessoas	Diária (55 Apts duplos)	65.210,47	130.420,94
28	Link de internet	Link de internet com velocidade de 50 MB para Downloads e Upload, disponível através de rede. Cabeada em todas as salas.	02	-	Diária	4.176,55	8.353,10
29	Boxtruss com lona	Estrutura tipo boxtruss, com dimensões aproximadas de 2x95 para fixação de lona personalizada de identificação visual do evento. A contratada deverá realizar a confecção da lona, utilizando arte gráfica a ser fornecida pelo órgão contratante, com impressão em material resistente e adequado à estrutura. Após o evento, a lona produzida permanecerá como patrimônio do órgão, devendo ser recolhida e entregue em perfeitas condições, não podendo ser reaproveitada pela empresa contratada. Compete ainda à contratada a montagem, instalação e manutenção durante o período do evento e posterior desmontagem da estrutura locada.	02	-	Serviço	5.843,75	11.687,50
30	Lonas laterais	Lonas laterais ao lado do painel de led, sendo da altura do painel até o palco com 1,50 de largura (a arte deverá ser fornecida pelo conselho).	02	-	Serviço	2.376,25	4.752,50
31	Totens de sinalização	Totens de sinalização em MDF plotado sinalizando os locais das salas (quantos forem necessários) e também sinalizando cada sala na entrada da porta.	02	-	Diária	4.147,08	10.367,69
32	Iluminação	Iluminação dos espaços (salas) a serem utilizados por parlês e no salão maior acrescentar 13 moving light no palco.	01	-	Diária	2.404,00	2.404,00

33	Fotografia e Vídeo	<p>A cobertura fotográfica e de vídeo (storymaker, gravação com celular) do evento deverá ser executada por profissional com experiência comprovada em currículo conforme especificações abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As fotografias deverão ser produzidas em câmera fotográfica profissional - Deverão ser disponibilizadas 100 fotografias/imagens. - As fotografias deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados e disponibilizadas através de drive. - O profissional de storymaker deverá produzir com celular de imagem de alta qualidade similar iphone 15, editar e encaminhar os vídeos, durante o evento, para a Assessoria de Comunicação, que publicará simultaneamente ao evento. A produção mínima será de 05 (cinco) vídeos para reels do Instagram e stories. <p><u>Cobertura Audiovisual – Produção de Vídeos para Redes Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Durante a realização do evento, a empresa contratada deverá: Gravar e entregar, em tempo real, no mínimo 05 (cinco) vídeos curtos em formato vertical (9:16), com duração de até 30 segundos cada, para publicação imediata nos stories oficiais do CRECI/MG. - Realizar a edição rápida dos vídeos no próprio local do evento, podendo utilizar modelos pré-formatados em aplicativos como CapCut ou similares, desde que atendam aos padrões de identidade visual de comunicação do CRECI/MG. - Os vídeos deverão conter cortes dinâmicos, inserção de título ou legenda curta e, quando aplicável, trilha sonora livre de direitos autorais. - A entrega deve ocorrer de forma contínua ao longo do evento, possibilitando ao CRECI/MG realizar as publicações nos stories durante sua realização. <p><u>Diretrizes de Registro Audiovisual</u></p> <p>A empresa contratada deverá seguir as orientações de cobertura determinadas pelo CRECI/MG, observando:</p> <p>1. Foco principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Filmagem das falas das autoridades e convidados oficiais, preferencialmente no palco e/ou púlpito. - Registros das interações entre autoridades, convidados e corretores durante o evento (inclusive no coffee break), desde que não envolvam a filmagem de comidas e bebidas. <p>2. Restrições de filmagem:</p>	01	-	Serviço	6.224,06	6.224,06
----	--------------------	---	----	---	---------	----------	----------

		<p>- Evitar a filmagem de locais da plateia que estejam vazios, privilegiando sempre os ângulos que mostrem o público presente e engajado.</p> <p>- Não é necessário filmar as comidas e bebidas oferecidas no coffee break.</p> <p>3. Diretriz geral:</p> <p>- Os registros audiovisuais deverão valorizar a participação, a integração e o caráter institucional do evento.</p> <p>Caberá ao profissional contratado:</p> <p>1 – Seguir rigorosamente as orientações fornecidas pelo CRECI/MG</p> <p>2 – Comparecer ao local de realização do evento, com no mínimo de 30 (trinta) minutos de antecedência e nele permanecer durante todo o evento.</p>					
34	Locação de Rádio comunicador	Locação de rádios de comunicação portáteis, com faixa de frequência VHF, durante os dias do evento.	04	-	Locação	104,08	416,32
35	Camisas para staff	Camisas para o staff de malha com silk-screen	08	-	Unidade	30,96	247,65

Valor do lote: R\$ 318.286,78 (trezentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos).

3.7. A contratação deverá assegurar a prestação dos serviços de forma integral e coordenada, observando os prazos, especificações técnicas e condições previstas neste Termo de Referência, de modo a garantir a adequada realização do evento institucional do CRECI/MG.

3.8. Para atender plenamente às necessidades do objeto, a empresa a ser contratada deverá observar os seguintes requisitos essenciais, organizados por eixo temático:

3.8.1. Execução e Responsabilidade Técnica:

3.8.1.1. Apresentar solução integrada para realização do evento, contemplando planejamento, montagem, operação, suporte e desmontagem da estrutura, dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;

3.8.1.2. Designar formalmente um representante técnico com poder de decisão e presença obrigatória durante todo o evento, para atuar como interlocutor direto com a fiscalização do contrato;

3.8.1.3. Disponibilizar equipe técnica e operacional capacitada, em número suficiente e com atribuições definidas, para assegurar a execução contínua e eficaz de todas as etapas e ambientes do evento.

3.8.2. Infraestrutura e Instalações:

3.8.2.1. Indicar, no momento da proposta, o local onde será realizado o evento, o qual deverá ser situado em raio máximo de 60 km de Belo Horizonte e ser compatível com todas as exigências deste Termo de Referência (hospedagem, salas, auditório, buffet, etc.);

3.8.2.2. Garantir a disponibilidade das instalações nas datas previstas para realização do evento, bem como comprovar que estas atendem às exigências legais de segurança, acessibilidade, regularidade sanitária e autorização de funcionamento.

3.8.3. Recursos Humanos:

3.8.3.1. Utilizar pessoal treinado e identificado para cada etapa e segmento do evento (montagem, apoio técnico, buffet, limpeza, operação de equipamentos, entre outros), com a devida apresentação e uniformização institucional;

3.8.3.2. Manter total responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e securitárias incidentes sobre os profissionais mobilizados, isentando a Administração de quaisquer vínculos ou encargos.

3.8.4. Materiais, Equipamentos e Serviços:

3.8.4.1. Fornecer e operar, em perfeitas condições de uso e segurança, todos os equipamentos previstos neste Termo de Referência;

3.8.4.2. Realizar a substituição imediata de quaisquer equipamentos ou itens que apresentem defeitos, falhas, vícios ocultos ou incompatibilidade técnica;

3.8.4.3. Garantir a padronização estética e funcional dos ambientes e itens, assegurando a conformidade com a identidade visual e institucional.

3.8.5. Comunicação e Atendimento à Administração:

3.8.5.1. Estabelecer canal de comunicação contínuo com a fiscalização designada, respondendo com tempestividade a todas as solicitações, orientações e demandas emitidas durante a preparação e realização do evento;

3.8.5.2. Atender com presteza às determinações da Administração, inclusive quanto à substituição de pessoal, ajustes operacionais, reforço de estruturas ou correções de falhas eventualmente verificadas.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Normas de Segurança, Sustentabilidade e Conduta Ética:

4.1.1. Observar integralmente as normas de segurança do trabalho, acessibilidade universal, proteção ambiental e saúde pública, assumindo integral responsabilidade por danos causados à Administração, aos participantes ou a terceiros;

4.1.2. Sempre que possível, priorizar o uso de materiais sustentáveis, como embalagens recicláveis, biodegradáveis e estruturas de baixo impacto ambiental.

4.1.3. Comprometer-se com práticas laborais lícitas e inclusivas, vedando a utilização de mão de obra infantil, análoga à escravidão ou em desacordo com os direitos fundamentais previstos nos artigos 7º, XXXIII, e 227, §3º, II, da Constituição Federal.

4.2. Indicação de marcas ou modelos:

A presente contratação não contempla, como regra, a exigência de marcas ou modelos específicos, devendo as soluções ofertadas observar os parâmetros técnicos e funcionais definidos neste Termo de Referência.

4.3. Subcontratação:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

4.3.2. A subcontratação parcial poderá ser admitida mediante prévia autorização da Administração, desde que:

4.3.2.1. Constem do contrato as partes subcontratáveis;

4.3.2.2. A contratada mantenha integral responsabilidade técnica operacional, financeira e jurídica pelos serviços executados por terceiros;

4.3.2.3. A subcontratação não implique perda de controle sobre a qualidade, prazos ou padrão técnico estabelecido no Termo de Referência;

4.3.2.4. A omissão de informação sobre subcontratações, bem como a terceirização irregular de serviços essenciais, será considerada infração grave, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste TR e na legislação vigente.

4.4. Garantia:

Não será exigida garantia.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto deverá ocorrer em três fases principais — instalação, operação e desmobilização — devendo a contratada garantir o cumprimento integral dos prazos, das entregas e das condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Fase 1 – Instalação e Check-in

Data: 04 de março de 2026

Período: Das 07h00 às 23h59.

Responsabilidades da contratada:

- * Início da montagem integral da estrutura física, técnica e logística, incluindo auditório, salas técnicas, sinalização, sonorização, iluminação, palco, internet, mobiliário, buffet, lounge e demais áreas de apoio;
- * Realização de testes operacionais completos de som, projeção, painéis, conectividade (cabeada e Wi-Fi), microfones, notebooks e demais sistemas;
- * Liberação das acomodações a partir das **15h** para o check-in dos participantes, com sinalização funcional dos acessos e rotas;
- * Credenciamento
- * Lanche em espaço aberto

Fase 2 – Execução do Evento

Data: 05 de março de 2026

A programação ocorrerá da seguinte forma:

06h00 – 07h00

- * Verificação final e validação técnica de todos os sistemas de infraestrutura (painel de LED, sonorização, iluminação, internet, data shows, notebooks, microfones);
- * Reforço da equipe técnica residente em todas as salas e ambientes.

09h00 – 09h30

- * Início do evento

09h30 – 10h00

- * Abertura oficial do evento na sala principal, com pronunciamentos institucionais da diretoria e apresentação da agenda do dia.

10h00 – 12h00

- * Condução dos participantes às respectivas salas temáticas dos Grupos de Trabalho, onde será realizado o treinamento técnico segmentado, com apoio audiovisual completo.

12h00 – 13h30

- * Almoço institucional para até 110 pessoas, conforme cardápio validado no TR.

13h30 – 17h00

- * Retomada das atividades formativas dos Grupos de Trabalho, com suporte técnico contínuo e acompanhamento de resultados.

17h00 – 18h00

- * Retorno de todos os participantes à plenária para realização da sessão de encerramento institucional, com síntese das atividades, avaliação participativa e devolutiva da Comissão Organizadora.

20h00

- * Confraternização

Diretrizes obrigatórias para a contratada:

1. Toda a estrutura física, técnica, operacional e de conectividade deverá estar 100% montada, testada e operante até às 07h00 do dia 26/02, sem exceção.
2. Será exigido a presença de **responsável técnico qualificado** com autoridade para tomada de decisão durante todo o evento.

Fase 3 – Desmobilização e Check-ut

Data: 06 de março

Período: Das 06h00 às 12h.

Responsabilidades da contratada:

- * Manutenção de suporte técnico até o encerramento completo das atividades;
- * Check-out dos participantes até 10h00, com serviço de café da manhã incluso;
- * Desmontagem total da estrutura contratada, com retirada de materiais, equipamentos e mobiliários de forma segura e organizada, sem deixar resíduos no local;
- * Entrega de relatório técnico de desmontagem, acompanhado e validado pela fiscalização, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Diretrizes obrigatórias para a contratada:

- * A contratada deverá apresentar **cronograma detalhado** de montagem, execução e desmontagem, com identificação da equipe e respectivos responsáveis por setor;
- * Deverá ser apresentado e executado um **plano de contingência técnico-operacional** para situações emergenciais ou falhas críticas, como interrupção de energia, falha na internet, indisponibilidade de equipamentos audiovisuais, entre outras.
- * Para fins de planejamento e dimensionamento prévio das necessidades logísticas, os horários e datas indicados no presente Termo devem ser considerados como estimativas preliminares, estando sujeitos a ajustes pontuais de acordo com a dinâmica da execução contratual e eventuais necessidades institucionais.

5.2. Considerando a complexidade e a natureza integrada da contratação, que envolve a execução coordenada de diversos serviços logísticos (hospedagem, alimentação, estrutura técnica, ambientação, audiovisual, entre outros), será realizada reunião de alinhamento com a empresa contratada no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a assinatura do contrato.

5.2.1. Esta reunião, de caráter obrigatório e virtual, tem por finalidade:

5.2.1.1. Validar e ajustar o cronograma detalhado de execução;

5.2.1.2. Atribuir responsabilidades e interfaces entre as equipes envolvidas;

5.2.1.3. Esclarecer dúvidas quanto aos ambientes, horários de montagem e desmontagem, horários de serviço de alimentação, organização dos espaços, credenciamento e demais aspectos operacionais;

5.2.1.4. Definir pontos de contato e canais de comunicação direta entre a contratada e a equipe organizadora;

5.2.1.5. Antecipar eventuais gargalos logísticos, de forma a evitar imprevistos no período de realização do evento.

5.2.1.6. A realização dessa reunião prévia tem respaldo nos princípios da eficiência, do planejamento e da boa-fé contratual, e constitui medida de governança preventiva voltada à mitigação de riscos, à melhoria da execução e ao cumprimento tempestivo de todas as entregas previstas no contrato.

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias de acordo com as especificações do objeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar integralmente todos os serviços e fornecimentos previstos, de forma contínua e

coordenada, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade e prazos definidos neste Termo de Referência.

6.2. Assegurar a prestação dos serviços contratados de maneira integrada, incluindo montagem, operação e desmontagem de toda a estrutura do evento, fornecimento de alimentação, hospedagem, equipamentos técnicos e demais elementos definidos no objeto.

6.3. Designar representante técnico com poderes para atuar como interlocutor direto com a Administração, presente durante todas as fases da execução contratual, com responsabilidade sobre o planejamento, execução e eventuais correções de rota exigidas pela fiscalização.

6.4. Manter equipe qualificada e compatível com a complexidade da operação, compreendendo profissionais responsáveis por montagem, recepção, operação de som e imagem, buffet, limpeza, iluminação, coordenação de salas técnicas, credenciamento e suporte logístico geral.

6.5. Substituir, prontamente e sem ônus para a Administração, quaisquer itens, materiais ou serviços que apresentem falhas, vícios ou estejam em desconformidade com o escopo contratado, garantindo a plena funcionalidade e estética institucional durante todas as etapas do evento.

6.6. Informar formalmente à Administração quaisquer fatos, riscos, intercorrências ou obstáculos que possam comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive em relação a cronogramas, estrutura técnica, pessoal ou condições operacionais.

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no certame, sob pena de rescisão contratual.

6.8. Arcar, exclusivamente, com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e outros incidentes sobre seus empregados ou subcontratados, reconhecendo que não existe qualquer vínculo entre estes e o CRECI/MG.

6.9. Responder por todos os danos causados ao CRECI/MG ou a terceiros, por ação ou omissão da empresa contratada, de seus empregados ou prepostos, sem prejuízo das sanções legais e contratuais aplicáveis, inclusive com direito de regresso por parte do Conselho, quando couber.

6.10. Observar integralmente as normas de proteção ao trabalho de menores, vedando trabalho noturno, insalubre ou perigoso a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

6.11. Assegurar comunicação contínua com a equipe de fiscalização do CRECI/MG, prestando todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às determinações formais e cooperando com a boa gestão contratual, inclusive em reuniões técnicas de alinhamento, quando convocado.

6.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Garantir as condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, inclusive no que se refere ao acesso aos espaços, definição de layouts, disponibilização de informações e validação prévia de conteúdos e cronogramas.

7.2. Designar formalmente o(a) fiscal do contrato, com competência para acompanhar e atestar a execução contratual, podendo ser assistido por fiscais auxiliares, conforme a natureza e complexidade dos serviços.

7.3. Exercer o controle e a fiscalização da execução do contrato, sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada pelos atos praticados por seus prepostos e subcontratados (quando admitido), inclusive perante terceiros.

7.4. Notificar formalmente a contratada sempre que constatadas falhas, desconformidades ou inadimplementos na execução do objeto, fixando prazos razoáveis para a correção das irregularidades ou adequações necessárias.

7.5. Comunicar tempestivamente à contratada quaisquer alterações que interfiram na programação do evento, inclusive quanto a data, horário, número de participantes, programação técnica ou mudanças estruturais, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

7.6. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições, prazos, formas e exigências previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o CRECI/MG e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O CRECI/MG poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato, o CRECI/MG poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A contratada designará formalmente um preposto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

8.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o CRECI/MG.

8.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato na data aprezada, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

8.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.3.1.3.04.01.026 – Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos;

6.3.1.3.04.01.027 – Locação de Bens Imóveis;

6.3.1.3.04.01.049 – Festividades e Homenagens;

6.3.1.3.04.01.017 – Serviços Fotográficos e de Vídeo.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento das exigências contratuais pelo fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.8.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para liquidação será de 05 (cinco) dias.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.9.1. A data da emissão

10.9.2. Os dados do contrato e do contratante

10.9.3. Período de execução

10.9.4. O valor a pagar

10.9.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a

contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

10.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

10.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.12.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.17. No caso de atraso pelo CRECI/MG, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

10.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.22. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.23. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

10.24. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

10.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

10.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

10.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

10.28. O acima disposto não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO LOTE.

11.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

11.3. Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1. Habilitação Jurídica

11.3.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.3.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

11.3.1.3. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.3.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.3.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

11.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto para cooperativas.

11.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

11.3.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede, relativa à atividade a ser contratada.

11.3.3. Qualificação econômico-financeira

11.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede, exceto para cooperativas, exceto para cooperativas.

11.3.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

11.3.3.2.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.3.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.3.3.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.4.4. Qualificação técnica

11.4.4.1. Certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de contrato(s) com as seguintes características mínimas:

11.4.4.1.1. Prestação de serviços de hotelaria e execução de evento, compreendendo, de forma unificada, os serviços de hospedagem, alimentação (desjejum, coffee break, almoço, jantar e confraternização), cessão de espaços físicos incluindo auditórios, área verde com mata para realização de atividades, fornecimento de infraestrutura técnica, para, no mínimo, 50 (cinquenta) pessoas.

11.4.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a objetos executados de forma concomitante

11.4.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

11.4.4.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

11.4.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

11.4.6. Documentação complementar para cooperativas

11.4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764, de 1971

11.4.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados

11.4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

11.4.6.4. O registro previsto no artigo 107, da Lei nº 5.764, de 1971

11.4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato

11.4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

11.4.6.6.1. Ata de fundação

11.4.6.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou

11.4.6.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia

11.4.6.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias

11.4.6.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais

11.4.6.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação

11.4.6.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o artigo 112, da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CRECI/MG providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida na subcláusula decorrer de culpa da contratada:

12.3.1. Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

12.3.2. Poderá o CRECI/MG optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, por decisão arbitral ou por decisão judicial, aplicando-se as disposições dos artigos 138 e 139, da mesma Lei:

12.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2. Se a operação implicar mudança da contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos

12.5.3. Indenizações e multas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CRECI/MG, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

13.1.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846/13.

13.2. Serão aplicadas à contratada pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8.

13.2.6. Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 13.1.3.

13.2.7. Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 13.1.2.

13.2.8. Multa compensatória de 15% (quize por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 13.1.4.

13.2.9. Para a infração descrita no subitem 13.1.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

13.3. A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CRECI/MG.

13.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.5.4. Os que dela provierem para o CRECI/MG

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa da contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CRECI/MG à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CRECI/MG.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na NLLC.

13.10. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.11. O CRECI/MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos da contratada para com o CRECI/MG, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o CRECI/MG, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

CARLA RIBEIRO CARDOSO
Assessora de Comunicação

Processo nº 018/2026

UASG: 926094

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região

Critério de Julgamento: Menor preço do lote

Data da Sessão: 20.02.2026

Horário da Sessão: 10h00min, horário de Brasília/DF

Local: www.gov.br/compras

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato administrativo que celebram, de um lado, o **Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região**, autarquia federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.481.268/0001-95, com sede na Rua dos Carijós, 244/10º andar, Centro, Capital, por seu Presidente, **Ricardo Mendes Santos**, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CRECI/MG sob o nº 20.000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, _____ (qualificação completa), neste ato representada por _____ (qualificação completa), doravante denominada **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a prestação de serviços de hotelaria e execução de eventos, para viabilização do Integra +, evento a ser promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais – CRECI/4ª Região, conforme descrições contidas no Termo de Referência e neste contrato.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico

1.3.2. O Termo de Referência

1.3.3. A Proposta da contratada

1.3.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato está vinculado ao processo nº 018/2026, pregão eletrônico nº 001/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do presente.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado, por tratar-se de contrato por escopo, cujas obrigações pactuadas somente são exauridas após a conclusão, recebimento do objeto e respectivo pagamento.

3.3. Para fins de eficácia, incumbirá ao contratante divulgar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na internet.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Local:

5.2. Período: 04 a 06 de março de 2026.

5.3. Cronograma de execução:

5.3.1. A execução do objeto deverá ocorrer em três fases principais — instalação, operação e desmobilização — devendo a contratada garantir o cumprimento integral dos prazos, das entregas e das condições técnicas estabelecidas neste contrato.

5.3.1.1. Fase 1 – Instalação e Check-in

Data: 04 de março de 2026

Período: Das 07h00 às 23h59.

Responsabilidades da contratada:

- * Início da montagem integral da estrutura física, técnica e logística, incluindo auditório, salas técnicas, sinalização, sonorização, iluminação, palco, internet, mobiliário, buffet, lounge e demais áreas de apoio;
- * Realização de testes operacionais completos de som, projeção, painéis, conectividade (cabeadas e Wi-Fi), microfones, notebooks e demais sistemas;
- * Liberação das acomodações a partir das 15h para o check-in dos participantes, com sinalização funcional dos acessos e rotas;
- * Credenciamento
- * Lanche em espaço aberto

5.3.1.2. Fase 2 – Execução do Evento

Data: 05 de março de 2026

A programação ocorrerá da seguinte forma:

06h00 – 07h00

- * Verificação final e validação técnica de todos os sistemas de infraestrutura (painel de LED, sonorização, iluminação, internet, data shows, notebooks, microfones);
- * Reforço da equipe técnica residente em todas as salas e ambientes.

09h00 – 09h30

- * Início do evento

09h30 – 10h00

- * Abertura oficial do evento na sala principal, com pronunciamentos institucionais da diretoria e apresentação da agenda do dia.

10h00 – 12h00

- * Condução dos participantes às respectivas salas temáticas dos Grupos de Trabalho, onde será realizado o treinamento técnico segmentado, com apoio audiovisual completo.

12h00 – 13h30

- * Almoço institucional para até 110 pessoas, conforme cardápio validado no TR.

13h30 – 17h00

- * Retomada das atividades formativas dos Grupos de Trabalho, com suporte técnico contínuo e acompanhamento de resultados.

17h00 – 18h00

- * Retorno de todos os participantes à plenária para realização da sessão de encerramento institucional, com síntese das atividades, avaliação participativa e devolutiva da Comissão Organizadora.

20h00

- * Confraternização

Diretrizes obrigatórias para a contratada:

1. Toda a estrutura física, técnica, operacional e de conectividade deverá estar 100% montada, testada e operante até às 07h00 do dia 26/02, sem exceção.
2. Será exigido a presença de responsável técnico qualificado com autoridade para tomada de decisão durante todo o evento.

5.3.1.3. Fase 3 – Desmobilização e Check-ut

Data: 06 de março

Período: Das 06h00 às 12h.

Responsabilidades da contratada:

- * Manutenção de suporte técnico até o encerramento completo das atividades;
- * Check-out dos participantes até 10h00, com serviço de café da manhã incluso;
- * Desmontagem total da estrutura contratada, com retirada de materiais, equipamentos e mobiliários de forma segura e organizada, sem deixar resíduos no local;
- * Entrega de relatório técnico de desmontagem, acompanhado e validado pela fiscalização, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Diretrizes obrigatórias para a contratada:

- * A contratada deverá apresentar **cronograma detalhado** de montagem, execução e desmontagem, com identificação da equipe e respectivos responsáveis por setor;
- * Deverá ser apresentado e executado um **plano de contingência técnico- operacional** para situações emergenciais ou falhas críticas, como interrupção de energia, falha na internet, indisponibilidade de equipamentos audiovisuais, entre outras.
- * Para fins de planejamento e dimensionamento prévio das necessidades logísticas, os horários e datas indicados no presente Termo devem ser considerados como estimativas preliminares, estando sujeitos a ajustes pontuais de acordo com a dinâmica da execução contratual e eventuais necessidades institucionais.

5.4. Considerando a complexidade e a natureza integrada da contratação, que envolve a execução coordenada de diversos serviços logísticos (hospedagem, alimentação, estrutura técnica, ambientação, audiovisual, entre outros), será realizada reunião de alinhamento com a empresa contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato.

5.4.1. Esta reunião, de caráter obrigatório e virtual, tem por finalidade:

5.4.1.1. Validar e ajustar o cronograma detalhado de execução;

5.4.1.2. Atribuir responsabilidades e interfaces entre as equipes envolvidas;

5.4.1.3. Esclarecer dúvidas quanto aos ambientes, horários de montagem e desmontagem, horários de serviço de alimentação, organização dos espaços, credenciamento e demais aspectos operacionais;

5.4.1.4. Definir pontos de contato e canais de comunicação direta entre a contratada e a equipe organizadora;

5.4.1.5. Antecipar eventuais gargalos logísticos, de forma a evitar imprevistos no período de realização do evento.

5.4.1.6. A realização dessa reunião prévia tem respaldo nos princípios da eficiência, do planejamento e da boa-fé contratual, e constitui medida de governança preventiva voltada à mitigação de riscos, à melhoria da execução e ao cumprimento tempestivo de todas as entregas previstas no contrato.

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias de acordo com as especificações do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CRECI/MG e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O CRECI/MG poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o CRECI/MG poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A contratada designará formalmente um preposto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

6.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o CRECI/MG.

6.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato na data aprazada, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Executar integralmente todos os serviços e fornecimentos previstos, de forma contínua e coordenada, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade e prazos definidos neste contrato.

7.2. Assegurar a prestação dos serviços contratados de maneira integrada, incluindo montagem, operação e desmontagem de toda a estrutura do evento, fornecimento de alimentação, hospedagem, equipamentos técnicos e demais elementos definidos no objeto.

7.3. Designar representante técnico com poderes para atuar como interlocutor direto com a Administração, presente durante todas as fases da execução contratual, com responsabilidade sobre o planejamento, execução e eventuais correções de rota exigidas pela fiscalização.

7.4. Manter equipe qualificada e compatível com a complexidade da operação, compreendendo profissionais responsáveis por montagem, recepção, operação de som e imagem, buffet, limpeza, iluminação, coordenação de salas técnicas, credenciamento e suporte logístico geral.

7.5. Substituir, prontamente e sem ônus para a Administração, quaisquer itens, materiais ou serviços que apresentem falhas, vícios ou estejam em desconformidade com o escopo contratado, garantindo a plena funcionalidade e estética institucional durante todas as etapas do evento.

7.6. Informar formalmente à Administração quaisquer fatos, riscos, intercorrências ou obstáculos que possam comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive em relação a cronogramas, estrutura técnica, pessoal ou condições operacionais.

7.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no certame, sob pena de rescisão contratual.

7.8. Arcar, exclusivamente, com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e outros incidentes sobre seus empregados ou subcontratados, reconhecendo que não existe qualquer vínculo entre estes e o CRECI/MG.

7.9. Responder por todos os danos causados ao CRECI/MG ou a terceiros, por ação ou omissão da empresa contratada, de seus empregados ou prepostos, sem prejuízo das sanções legais e contratuais aplicáveis, inclusive com direito de regresso por parte do Conselho, quando couber.

7.10. Observar integralmente as normas de proteção ao trabalho de menores, vedando trabalho noturno, insalubre ou perigoso a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

7.11. Assegurar comunicação contínua com a equipe de fiscalização do CRECI/MG, prestando todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às determinações formais e cooperando com a boa gestão contratual, inclusive em reuniões técnicas de alinhamento, quando convocado.

7.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Garantir as condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, inclusive no que se refere ao acesso aos espaços, definição de layouts, disponibilização de informações e validação prévia de conteúdos e cronogramas.

8.2. Designar formalmente o(a) fiscal do contrato, com competência para acompanhar e atestar a execução contratual, podendo ser assistido por fiscais auxiliares, conforme a natureza e complexidade dos serviços.

8.3. Exercer o controle e a fiscalização da execução do contrato, sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada pelos atos praticados por seus prepostos e subcontratados (quando admitido), inclusive perante terceiros.

8.4. Notificar formalmente a contratada sempre que constatadas falhas, desconformidades ou inadimplementos na execução do objeto, fixando prazos razoáveis para a correção das irregularidades ou adequações necessárias.

8.5. Comunicar tempestivamente à contratadas quaisquer alterações que interfiram na programação do evento, inclusive quanto a data, horário, número de participantes, programação técnica ou mudanças estruturais, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

8.6. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições, prazos, formas e exigências previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA NOVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

9.2. A subcontratação parcial poderá ser admitida mediante prévia autorização da Administração, desde que:

9.2.1. Constem do contrato as partes subcontratáveis;

9.2.2. A contratada mantenha integral responsabilidade técnica operacional, financeira e jurídica pelos serviços executados por terceiros;

9.2.3. A subcontratação não implique perda de controle sobre a qualidade, prazos ou padrão técnico estabelecido no Termo de Referência e neste contrato;

9.2.4. A omissão de informação sobre subcontratações, bem como a terceirização irregular de serviços essenciais, será considerada infração grave, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO

10.1. O presente contrato possui o valor de R\$ _____ (_____), conforme abaixo discriminado:

10.2. O preço inclui todas as despesas com materiais, equipamentos, mão-de-obra, leis sociais, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução completa do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento das exigências contratuais pelo fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.6. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.8.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para liquidação será de 05 (cinco) dias.

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.9.1. A data da emissão

11.9.2. Os dados do contrato e do contratante

11.9.3. Período de execução

11.9.4. O valor a pagar

11.9.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

11.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

11.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.12.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.17. No caso de atraso pelo CRECI/MG, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

11.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

11.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.22. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.23. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

11.24. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

11.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

11.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

11.28. O acima disposto não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não será exigida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º, da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15, da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16, da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.5. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.6. A contratada deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.7. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.8. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º, do artigo 26, da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CRECI/MG, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado

14.1.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846/13.

14.2. Serão aplicadas à contratada pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas subcláusulas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas subcláusulas 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como nas subcláusulas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

14.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, para as infrações descritas nas subcláusulas 14.1.5 a 14.1.8.

14.2.6. Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor estimado do contrato, para a infração descrita na subcláusula 14.1.3.

14.2.7. Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato, para a infração descrita na subcláusula 14.1.2.

14.2.8. Multa compensatória de 15% (quine por cento) do valor estimado do contrato, para a infração descrita na subcláusula 14.1.4.

14.2.9. Para a infração descrita na subcláusula 14.1.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato.

14.3. A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CRECI/MG.

14.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida

14.5.2. As peculiaridades do caso concreto

14.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.5.4. Os que dela provierem para o CRECI/MG

14.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa da contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CRECI/MG à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.7.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CRECI/MG.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na NLLC.

14.10. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.11. O CRECI/MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/21.

14.13. Os débitos da contratada para com o CRECI/MG, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o CRECI/MG, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CRECI/MG providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida na subcláusula decorrer de culpa da contratada:

15.3.1. Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

15.3.2. Poderá o CRECI/MG optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, por decisão arbitral ou por decisão judicial, aplicando-se as disposições dos artigos 138 e 139, da mesma Lei:

15.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.2. Se a operação implicar mudança da contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos

15.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da contratação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

6.3.1.3.04.01.026 – Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos;

6.3.1.3.04.01.027 – Locação de Bens Imóveis;

6.3.1.3.04.01.049 – Festividades e Homenagens;

6.3.1.3.04.01.017 – Serviços Fotográficos e de Vídeo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam cumpridos, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do contratante à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.2.1. As supressões e acréscimos resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Quaisquer controvérsias advindas do presente contrato serão dirimidas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.



Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4ª Região/MG
Serviço Público Federal

LICITAÇÃO E CONTRATOS

Rua dos Carijós, nº 244, 10º andar, Centro, Belo Horizonte/MG

CEP: 30120-060 - Fone: (31) 3271-6044

E assim, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Ricardo Mendes Santos
CONTRATANTE

CONTRATADA